

APRECIÇÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de lei n.º ____/XIII (....ª) Projeto de lei n.º 137/XIII (....ª) Proposta de alteração

Identificação do sujeito ou entidade (a)

SINDICATO TÊXTIL DO MINHO E TRÁS-OS-MONTES

Morada ou Sede:

RUA CAMÕES, 70

Local

GUIMARAES

Código Postal

4810-442

Endereço Eletrónico

geral@texteisminho-egt.p.com

Contributo:

Subscreveremos integralmente o parecer da CGTP-ILN, que anexamos.

Data

6 de Abril de 2016

Assinatura

fr fernanda

Apreciação do Projecto de Lei n.º 137/XIII (1.ª) – Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores

O Projecto de Lei n.º 137/XIII (1.ª), da iniciativa do grupo parlamentar do PCP, visa combater a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores.

Relativamente à matéria nele versada, a CGTP considera, desde logo, a grande relevância e oportunidade do projecto apresentado, face à existência de um número cada vez maior de falsas situações contratuais com ocultação de relações de trabalho subordinado e permanente, como, por exemplo, a existência de contratos a termo em postos de trabalho de natureza permanente, a utilização abusiva de trabalho temporário, as falsas prestações de serviço, a contratação em “outsourcing” envolvendo frequentemente pretensos exercícios de actividade de trabalho temporário ou pretensa cedência ocasional de trabalhadores, a abusiva utilização de estágios sucessivos com funcionamento público e em substituição de contratos de trabalho, a utilização abusiva de contratos de emprego de inserção ou o falso trabalho voluntário, todas elas conducentes ao empobrecimento e à exclusão social de largas camadas da população.

Revestem-se assim de enorme importância, as alterações preconizadas no projecto em apreciação, de que destacamos: a eliminação da necessidade de provar o prejuízo para o trabalhador e para o Estado, para efeitos de aplicação da contra-ordenação por não celebração de contrato de trabalho em situações características de contrato de trabalho; a consideração sem termo do contrato celebrado entre o trabalhador e a entidade patronal uma vez provada a existência deste, com a contagem de todo o tempo de serviço prestado para efeitos de antiguidade e o pagamento das respectivas férias, subsídios de férias e de Natal, bem como das contribuições em falta para a segurança social.

De sublinhar também a redução de situações em que é possível recorrer à contratação a termo, especialmente com a revogação das referentes ao início de laboração de empresa ou estabelecimento e à contratação de trabalhador à procura de primeiro emprego ou em situação de desemprego de longa duração, bem como o endurecimento de regras relativas à sucessão de contratação a termo e a redução a três anos da duração do contrato a termo incerto.

Refira-se também o estabelecimento de sanções económicas, fiscais e contributivas para as entidades patronais que recorram ilegal e abusivamente a formas de contratação precária.

Neste contexto, a CGTP dá o seu acordo genérico ao projecto apresentado, esperando que o mesmo seja brevemente aprovado.

Lisboa, 4 de Abril de 2016